

Costa Couto propõe carência para dívidas

BRASÍLIA — O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, defendeu ontem uma solução que chamou de intermediária para os microempresários que se endividaram durante o Plano Cruzado: a concessão de um prazo de carência para que saldem suas dívidas, ficando o Executivo com a obrigação de, no futuro, socorrer com novos financiamentos as empresas que se tenham revelado viáveis economicamente.

O Governo, conforme deixou claro Costa Couto, não concorda com a emenda do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) ao texto das Disposições Transitórias, concedendo anistia da correção monetária incidente

sobre as dívidas contraídas pelos microempresários. Segundo o Ministro, o Governo deve dar tratamento especial somente às empresas que sejam economicamente viáveis.

— A empresa inviável tem de fechar as portas. Não há como patrocinar a inviabilidade com o dinheiro do contribuinte — disse ele.

Costa Couto revelou que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está preocupado com a possibilidade de a Emenda Mansueto de Lavor ser aprovada.

— O Ministro da Fazenda está preocupado. E quando o Ministro está preocupado ficamos todos bastan-

te preocupados — frisou.

Também o Presidente em exercício da República, Deputado Ulysses Guimarães, informou ontem, quando visitava o Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, que o Ministro Mailson da Nóbrega está preocupado com a emenda que concede anistia aos microempresários. De acordo com Ulysses, os números dos gastos apresentados pelo Ministro da Fazenda são diferentes dos que foram anunciados pelo autor da emenda, Senador Mansueto de Lavor.

— Vamos ver este jogo de números para que possamos chegar à melhor decisão — completou o Deputado.

Estados e Municípios podem perder CZ\$ 1 trilhão

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse ontem que programas de educação e saúde básicas, desenvolvimento urbano (saneamento, pavimentação, esgoto, sistema de abastecimento de água) e setores de transporte, como trens metropolitanos, não deverão contar com recursos da União já a partir de 1989, em função do aumento das transferências de verbas para Estados e Municípios previstos na nova Carta. Os projetos que deverão perder o apoio financeiro do Governo Federal somam CZ\$ 1 trilhão no Orçamento Geral da União, em valores atuais, acrescentou ele.

A "Operação Desmonte", como é conhecida pelos técnicos do Governo, envolve a análise de cerca de 2.000 projetos com recursos no Orçamento Geral da União, explicou o

Ministro, após ter sido surpreendido pelos repórteres em reunião de três horas com os seus principais assessores, numa casa do Lago Sul.

João Batista de Abreu, que, bem humorado, afirmou que vai pedir ao seu colega da Administração, Aluizio Alves, que "feche o aparelho estourado pela imprensa", reconheceu que a retirada da União de vários projetos resultará na extinção de órgãos da Administração federal. O Secretário Geral do Planejamento, Ricardo Santiago, enfatizou que "a Operação Desmonte" é uma adaptação à nova Constituição.

Abreu e Santiago disseram que o aumento do repasse automático para Estados e Municípios, através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ao lado da eliminação de impostos federais (Im-

posto sobre Serviços de Comunicações, Imposto Único sobre Lubrificantes, Combustíveis e Adicional, Imposto Único sobre Energia Elétrica e Imposto Único sobre Minerais) traz uma queda de 20% na Receita líquida da União. Esse cenário, aliado ao esforço de redução do déficit público, torna inevitável a transferência de encargos para Governos estaduais e municipais, acrescentaram o Ministro e o Secretário.

Como, segundo o texto da Constituição, o Orçamento Geral da União tem que ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto, o Planejamento já estuda mecanismos alternativos para o caso de a Constituição não conseguir encerrar os seus trabalhos antes dessa data. Os técnicos buscam montar um Orçamento que seja ajustável às decisões dos constituintes.